



GUIA PRÁTICO DE LICITAÇÕES

Como identificar riscos
e proteger sua empresa

SFCS
ADVOGADOS

Este material foi desenvolvido para auxiliar gestores de empresas que atuam em licitações públicas a identificar riscos em editais, compreender os instrumentos de defesa disponíveis e tomar decisões estratégicas mais seguras durante os certames.

O objetivo é fornecer uma visão prática e organizada sobre os principais pontos de atenção nos processos licitatórios e as providências cabíveis, permitindo que a empresa se posicione de forma proativa e fundamentada.

É importante destacar que este conteúdo possui caráter exclusivamente informativo, servindo como ferramenta de apoio à gestão empresarial. Cada licitação apresenta particularidades próprias que exigem análise individualizada.





QUAL INSTRUMENTO UTILIZAR?

No âmbito das licitações públicas, a legislação prevê diferentes instrumentos administrativos e judiciais que podem ser utilizados para questionar cláusulas do edital, esclarecer dúvidas ou impugnar atos praticados durante o certame.

A escolha do instrumento adequado é fundamental para eficácia da atuação e depende da natureza da irregularidade identificada, do momento em que ela ocorre e dos objetivos estratégicos da empresa.

O fluxo abaixo orienta essa decisão, indicando o caminho mais eficaz em cada situação.

Etapas

Natureza da questão identificada

A exigência ou cláusula está confusa, ambígua ou tecnicamente imprecisa?

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

É o instrumento adequado para obter interpretação oficial da Administração, sem caráter impugnatório. Recomendado quando há dúvida legítima sobre o sentido de determinada regra, sem necessariamente haver ilegalidade.

A exigência é clara, mas aparenta ser ilegal, desproporcional, restritiva ou direcionada?

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Deve ser utilizada quando se identifica vício de legalidade ou irregularidade que compromete a competitividade ou viola princípios licitatórios. Exige fundamentação técnica e/ou jurídica consistente.

Etapa 2

Fase do procedimento

Ainda está na fase de publicação do edital (antes da sessão)?

Cabe **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** ou **IMPUGNAÇÃO**, conforme a natureza da questão.

A sessão já ocorreu e houve decisão do agente de contratação que prejudicou a empresa?

Cabe **RECURSO ADMINISTRATIVO**, no prazo legal, questionando a decisão (habilitação, classificação, julgamento de propostas).

Etapa 3

Representação e Ação Judicial

Além dos instrumentos administrativos típicos, o licitante pode, a qualquer momento do procedimento (inclusive antes de seu início ou durante sua tramitação), avaliar o cabimento de:

Representação ao Tribunal de Contas (controle externo)

Cabível quando houver indício de irregularidade grave que justifique a atuação do órgão de controle, especialmente nos casos de prejuízo ao erário. Pode ser apresentada antes, durante ou após o certame.

Ação judicial

Medida excepcional, mas que também pode ser manejada em qualquer fase, especialmente quando houver lesão a direito, urgência ou risco de dano irreparável que justifique a intervenção do Judiciário.

Atenção

A representação ao controle externo e a via judicial possuem requisitos, riscos e custos próprios, e sua utilização deve ser avaliada estrategicamente.



CHECKLIST DE RED FLAGS EM EDITAIS

A seguir, apresentamos os principais pontos de atenção (red flags) que devem ser verificados na análise de editais e nos demais documentos anexos, organizados por nível de impacto.





1. Atestados de capacidade técnica com quantitativos mínimos



Como identificar

Exigência de comprovação de execução anterior em percentuais elevados (acima de 50% do objeto) ou em quantidades absolutas incompatíveis com o mercado.



Risco

Restringe a competição a poucas empresas, podendo configurar direcionamento. A lei veda exigências que excedam o necessário para garantir a execução.

2. Erros, omissões ou inconsistências nas especificações técnicas ou nos projetos básicos/executivos



Como identificar

Projetos com informações conflitantes entre plantas, memoriais e planilhas; especificações técnicas incompletas ou que não correspondem ao escopo descrito; ausência de detalhamentos essenciais para a correta execução; incompatibilidade entre disciplinas (arquitetônico, estrutural, instalações); ou referência a normas técnicas desatualizadas.



Risco

O projeto é a base para a precificação e para a execução contratual. Erros ou omissões podem levar a empresa a apresentar proposta inadequada (subdimensionada ou superdimensionada). Durante a execução, tais falhas frequentemente resultam em aditivos, paralisações, pleitos de reequilíbrio e disputas sobre responsabilidade, além de potencial responsabilização da contratada por vícios que, na origem, decorreram de deficiências do projeto fornecido pela Administração.

3. Exigência de marca ou modelo específico sem justificativa técnica



Como identificar

Especificações que indicam marca, modelo ou fabricante determinado, sem a expressão "ou equivalente" ou sem justificativa técnica no processo.



Risco

Viola frontalmente o princípio da competitividade e pode configurar direcionamento



4. Critérios de julgamento subjetivos ou sem parâmetros claros



Como identificar

Critérios como “melhor técnica” ou “qualidade” sem definição objetiva de pontuação, pesos ou métricas verificáveis.



Risco

Permite decisões arbitrárias e dificulta a defesa em caso de desclassificação.

5. Matriz de riscos desequilibrada ou ausente



Como identificar

Ausência de matriz de riscos em contratações integradas ou semi-integradas, ou matriz que atribui à contratada riscos tipicamente da Administração (variação cambial excessiva, caso fortuito, força maior genérica).



Risco

Pode gerar prejuízos imprevisíveis durante a execução e comprometer o equilíbrio econômico-financeiro.

6. Prazos de execução manifestamente inexecutáveis



Como identificar

Cronogramas incompatíveis com a complexidade técnica do objeto, desconsiderando etapas necessárias (licenciamento, mobilização, fabricação de equipamentos).



Risco

Induz a empresa a assumir compromissos que não poderá cumprir, sujeitando-se a sanções.



7. Exigências de qualificação econômico-financeira restritivas ou desproporcionais



Como identificar

Índices contábeis excessivamente elevados, exigência de capital social mínimo superior a 10% do valor estimado da contratação, vedação absoluta à participação de empresas em recuperação judicial.



Risco

Restringe indevidamente a competição e pode excluir empresas com plena capacidade de executar o contrato. A vedação genérica a empresas em recuperação judicial já foi considerada ilegal pela jurisprudência.





8. Orçamento estimado com BDI incompatível ou sem transparência



Como identificar

BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) muito abaixo ou acima das referências de mercado (SINAPI, SICRO), ausência de composição analítica ou de memória de cálculo.



Risco

BDI subdimensionado compromete a margem e a viabilidade; BDI inflado pode indicar superfaturamento ou gerar questionamentos futuros.

9. Regras de amostra ou prova de conceito excessivamente onerosas



Como identificar

Exigência de fornecimento de amostras em quantidade elevada, sem previsão de devolução ou ressarcimento, ou provas de conceito com escopo equivalente a um projeto-piloto completo.



Risco

Eleva custos de participação e pode afastar concorrentes legítimos.

10. Vedação ou restrição injustificada à formação de consórcios



Como identificar

Proibição de consórcio sem justificativa técnica ou econômica.



Risco

Pode restringir a participação de empresas que, isoladamente, não atendem aos requisitos, mas que em conjunto teriam plena capacidade.



11. Restrições excessivas à subcontratação



Como identificar

Vedação total à subcontratação ou limitação a percentuais muito baixos, sem justificativa técnica.



Risco

Pode inviabilizar a execução eficiente do contrato, especialmente em objetos complexos.

12. Exigência de equipe técnica com dedicação exclusiva desproporcional



Como identificar

Exigência de que profissionais-chave tenham dedicação exclusiva integral ao contrato, mesmo quando o escopo não justifica.



Risco

Eleva custos e restringe a participação de empresas com equipes enxutas.

13. Sanções contratuais desproporcionais ou sem gradação



Como identificar

Analisar a minuta do contrato disponibilizada e atentar para multas em percentuais elevados para infrações leves, ausência de gradação entre advertência, multa e sanções mais graves, ou previsão de sanções cumulativas excessivas.



Risco

Desequilibra a relação contratual e pode gerar passivos desproporcionais.



Impacto Médio

14. Ausência ou insuficiência de cláusula de reajuste



Como identificar

Contratos com prazo superior a 12 meses sem previsão de reajuste, ou com índice de reajuste inadequado ao objeto.



Risco

Compromete o equilíbrio econômico-financeiro ao longo da execução.



Impacto Baixo (mas relevante)

15. Prazo de publicidade do edital inferior ao legal



Como identificar

Edital publicado com prazo inferior ao mínimo previsto em lei para a modalidade (ex.: pregão eletrônico com menos de 8 dias úteis).



Risco

Vício formal que pode ensejar anulação do certame.

16. Exigência de certificações não pertinentes ao objeto



Como identificar

Exigência de certificações (ISO, CMMI, etc.) que não guardam relação direta com o escopo contratado ou que não são usualmente exigidas no mercado para aquele tipo de objeto.



Risco

Restringe a competição sem justificativa técnica.



Impacto Baixo (mas relevante)

17. Planilha de custos com itens genéricos ou sem detalhamento



Como identificar

Itens descritos como “verba”, “serviços diversos” ou sem composição de custos unitários.



Risco

Dificulta a precificação correta e pode gerar controvérsias na execução.

18. Condições de pagamento desfavoráveis sem justificativa



Como identificar

Pagamento apenas ao final da execução, prazos superiores a 30 dias após a medição, ou ausência de previsão de pagamento por etapas em contratos de longa duração.



Risco

Compromete o fluxo de caixa da contratada e pode inviabilizar a execução.

19. Ausência de informações essenciais sobre o local ou condições de execução



Como identificar

Editais que não fornece dados suficientes sobre o local da obra/serviço, condições de acesso, infraestrutura disponível ou restrições operacionais.



Risco

Impede a correta precificação e pode gerar pleitos durante a execução.

20. Minuta de contrato divergente do edital



Como identificar

Cláusulas da minuta de contrato que conflitam com as regras do edital ou do termo de referência.



Risco

Gera insegurança sobre as obrigações efetivas e pode ser arguida futuramente.



A análise criteriosa de editais é etapa essencial para a participação segura em licitações. Identificar irregularidades precocemente permite à empresa decidir, de forma estratégica, se deve buscar esclarecimentos, questionar cláusulas ou mesmo avaliar a conveniência de participar do certame.

Nesse contexto, a impugnação tempestiva assume papel de extrema relevância. O edital, uma vez publicado e não questionado, vincula tanto a Administração quanto os licitantes. Exigências ilegais ou desproporcionais não impugnadas no momento oportuno poderão prejudicar a empresa nas fases subsequentes.

Este guia oferece uma visão prática dos principais pontos de atenção, mas não substitui a análise técnica e jurídica especializada.



Recife

Rua Demócrito de Souza Filho, 335 | 11º andar
Madalena | Recife | PE | 50610-120
Tel.: +55 81 3040 0035

São Paulo

Rua da Paz, 1601, Conjunto 2.116 | 21º andar
Chácara Santo Antônio | São Paulo | SP | 04713-002
Tel.: +55 11 5181 4245

Salvador

World Plaza Empresarial
Tancredo Neves Avenue, 620 | 33º andar
Caminho das Árvores | Salvador | BA | 41820-020



SFCS
ADVOGADOS